

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Ciências Sociais

Curso de Relações Internacionais

AMANDA NARHAN PEREIRA

**Uma análise histórica do Banco Mundial:
A progressão da sua agenda e a sua relevância como um ator político e econômico**

São Paulo

2023

Amanda Narhan Pereira

Uma análise histórica do Banco Mundial:

A progressão da sua agenda e a sua relevância como um ator político e econômico

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Laerte Apolinário Júnior

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais, Nilma e Adenilson, pelo amor e apoio incondicional, à minha madrinha, Livia, à minha avó Stela, aos meus bisavós, Maria do Carmo e Alonso, e às minhas tias-avós Maria de Fátima e Sônia Helena por sempre acreditarem em mim.

Ao meu supervisor de estágio na Comissão De Valores Mobiliários (CVM), Marcus Vinícius, por todo apoio na minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal.

Agradeço também às minhas melhores amigas, Núria, Carolina, Isabela, Paula, Gaby, Mariana, Jade, Stella, Kincso, Veerle e Irene. O apoio de vocês foi fundamental para que eu pudesse ser tão bem-sucedida, obrigada pelo apoio, risadas e companheirismo.

E a todos os meus professores, que desempenharam um papel fundamental para o meu desenvolvimento como aluna e como pessoa, principalmente, as Profas. Luiza Mateo, Natalia Mello, e ao meu orientador, o Prof. Laerte Júnior.

RESUMO

Tomando como ponto de partida os estudos de hegemonia de autores neogramscianos, como os conceitos estabelecidos por Cox (1981) para a construção de um sistema hegemônico, esta pesquisa pretende realizar uma análise histórica do Banco Mundial desde a sua fundação, em 1944, até 2019, avaliando o papel desempenhado pela instituição como instrumento da política externa norte-americana, para a promoção de princípios vinculados ao capitalismo internacional. Para tanto, é analisada a progressão da agenda do Banco Mundial, destacando os principais desafios enfrentados pela instituição, e aqueles que perduram.

Palavras-chave: Banco Mundial; Sistema Hegemônico; Instituições Internacionais.

ABSTRACT

Taking as a starting point the hegemony studies of neogramscian authors, such as the concepts established by Cox (1981) for the construction of a hegemonic system, this research intends to carry out a historical analysis of the World Bank since its foundation, in 1944, until 2019, evaluating the role played by the institution as an instrument of North American foreign policy, for the promotion of principles linked to international capitalism. To this end, the progression of the World Bank's agenda is analyzed, highlighting the main challenges faced by the institution, and those that remain.

Keywords: World Bank; Hegemonic System; International Institutions.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Principais acontecimentos entre 1944 e 1968	18
Tabela 2. Principais ações das gestões entre 1946 e 1968	19
Tabela 3. Principais acontecimentos entre 1968 e 1990	27
Tabela 4. Principais ações das gestões entre 1968 e 1990	27
Tabela 5. Principais acontecimentos entre 1989 e 2019	36
Tabela 6. Principais ações das gestões entre 1991 e 2019	36

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CAPÍTULO 1: A CONSOLIDAÇÃO DO BANCO MUNDIAL (1945 E 1968).....	11
3. CAPÍTULO 2: O BANCO MUNDIAL É REFORMADO. E ENTÃO É REFORMADO DE NOVO (1968-1990)	20
4. CAPÍTULO 3: O BANCO MUNDIAL RESISTE E SE RENOVA (1990-2019).....	28
5. CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

Cox, em “Social Forces, States and World Orders” (1981) desenha o que seriam as três principais categorias de forças que interagem para construir um sistema hegemônico, sendo elas as capacidades materiais, ideias e instituições. Não há um determinismo unilateral de interação, podendo as forças e as relações estabelecidas entre elas serem recíprocas. As capacidades materiais referem-se a tecnologias e organização, enquanto as ideias são compartilhadas socialmente ou expõem diferentes perspectivas da ordem social. Por fim, as instituições, que são formadas refletindo a ordem e relações de poder vigente, para eventualmente, tornarem-se pólos de retenção e desenvolvimento de ideias e capacidades materiais.

Logo, as instituições propiciam “*means of stabilizing and perpetuating a particular order*” (COX, 1981, p.219), o que conecta a ideia de institucionalização ao que Gramsci nomeia como hegemonia. Desse modo, as instituições oferecem uma alternativa para minimizar o uso da violência numa disputa entre forças dominantes e dominadas, na medida em que, os liderados reconhecem como legítimas as relações de poder vigentes, e, portanto, as instituições, tornando desnecessário o uso da violência pela força dominante. Para isso, entretanto, não se deve intencionar exercer uma autoridade tirânica ou opressora, mas sim um poder hegemônico, no qual se dispõe a realizar concessões que asseguram o consentimento da força fraca para a sua liderança, que é pautada não por interesses particulares, mas sim por princípios dispostos como universais e interesses gerais. De forma sintética, um dos meios mais importantes contemporâneos de exercício da hegemonia no âmbito mundial se dá por via das organizações internacionais, que fornecem terreno propício ao desenvolvimento de regras, instituições e ideologias que podem gerar convencimento (COX, 1993, p. 62).

Sendo as instituições internacionais a materialização de interesses gerais e da universalização de políticas, elas se tornam essenciais na estratégia hegemônica. Corroborando com esse raciocínio, Samuel P. Huntington (1975, p.21) aponta que as organizações governamentais e não governamentais têm sido instrumentos cruciais da política externa norte-americana para efetivar determinados interesses em outros países, principalmente pelo exercício de alterar a definição de interesses e identidades dos Estados e de outros atores.

Um exemplo da importância das organizações internacionais estabelecidas por uma ordem hegemônica são as Instituições de Bretton Woods, formuladas para o pós 2ª Guerra Mundial. Segundo John Rapley (1997), mesmo antes do fim da guerra, os líderes aliados já se preocupavam com a estrutura que dariam ao mundo econômico. Nesse sentido, a Conferência de Bretton Woods

forneceria as direções para a economia capitalista pós-guerra, ao originar o FMI, o Banco Mundial e o GATT, importantes instituições econômicas cujo objetivo principal, naquele momento, era criar um ambiente de comércio internacional o mais estável e livre possível.

O Banco Mundial, objeto dessa pesquisa, foi fundado em 1944 – um ano antes do fim da Segunda Guerra Mundial, com a presença de 44 (quarenta e quatro) delegações aliadas e associadas (PEREIRA, 2010, p.98). Entretanto, desde 1941 os Estados Unidos projetavam o que seria uma nova arquitetura econômica internacional (PEREIRA, 2010, p. 97), sendo que, já em 1942 iniciariam as negociações com o Reino Unido desse projeto.

Como resultado das negociações de 1943, o rascunho do que seria a primeira instituição do Banco Mundial, o “Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento” (Bird), como destaca João Márcio Mendes Pereira (2010), um dos principais pesquisadores brasileiros sobre o Banco Mundial, num primeiro momento não possuía a expressão “e Desenvolvimento”.

A proposta do banco internacional seguiu em frente, mesmo sem apoio concreto do Reino Unido ou demais países, que não estavam em posição de assumir compromisso de realizar contribuições para essa nova instituição no pós-guerra. Porém, a partir da recusa de concessão de crédito privado sem contrapartida financeira por parte de negociadores estadunidenses, os britânicos compreenderam que o banco internacional seria sua melhor opção para a obtenção de recursos financeiros na reconstrução do Reino Unido e demais países europeus, e passaram a apoiar o projeto essencialmente norte-americano (PEREIRA, 2010, p.103), que materializava a hegemonia norte-americana, e se tornaria símbolo da mesma nessa nova reorganização da ordem internacional política e econômica (HOBSBAWM, 1995; GOWAN,2003; TABB, 2004; WOODS, 2006).

Como Thomas G. Weiss (2008) argumenta no prefácio do livro de Katherine Marshal “*The World Bank: From Reconstruction to Development to Equity*”, o Banco Mundial supera qualquer outra agência da Organização das Nações Unidas na movimentação de recursos para o desenvolvimento de nações. Ainda, o Banco Mundial desempenha papel fundamental na formulação de soluções para as mudanças climáticas e combate à disseminação de doenças infecciosas. Não se trata apenas de mais uma instituição internacional de desenvolvimento, e sim de uma instituição central para a governança global. A experiência histórica comprova a capacidade do Banco Mundial não só de se adaptar, mas de inovar de acordo com os desafios enfrentados. Após ser bem-sucedido na reconstrução dos países ocidentais da Europa, transformou a instabilidade do período da descolonização da Ásia e África em oportunidade, não só participando dos processos, mas também gerindo-os, de acordo com os interesses norte-americanos.

Katherine Marshall, pesquisadora sênior da Universidade de Georgetown, que foi funcionária do Banco Mundial entre 1972 e 2006, expõe a multiplicidade de temas que o Banco Mundial cobre, desde a negociação de ações urgentes para uma nação arruinada pela crise financeira, discussões de reforma e visitas a campos agrícolas até mesmo assuntos concernentes à compra de produtos farmacêuticos ou construção de uma ferrovia. (MARSHALL, 2008, p.2). Mesmo sendo uma instituição essencialmente financeira, os trabalhos e discussões da organização abrangem temas valiosos à sociedade como saúde, educação, meio ambiente e política, todos essenciais para o desenvolvimento.

Pode-se apontar como um dos mecanismos de sucesso para a atuação do Banco Mundial em diferentes países, sua capacidade de se ajustar às diferentes dinâmicas sociais e econômicas, e, de acordo com a necessidade exercer uma função até mesmo nas questões cotidianas, ou um papel limitado a consultor técnico em determinadas áreas. Marshall identifica como principal desafio para o Banco Mundial manter sua relevância quando, cada vez mais, outras instituições disputam as funções para as quais o Banco Mundial foi designado para executar.

A agenda do Banco, desde 1944 foi obrigatoriamente reformulada numerosas vezes, tendo como prioridade atender as demandas norte-americanas e globais e, desde sua fundação, a organização teve 13 presidentes, todos norte-americanos.

A finalidade dessa pesquisa é realizar uma análise histórica, investigando a progressão da agenda econômica, política e social da instituição, e as contribuições de cada uma das gestões do Banco Mundial, além de seus impactos, sucessos e equívocos na governança global e conquista de seus principais objetivos, bem como sua relevância, quase 80 anos após a sua criação. Além do diálogo com a literatura especializada, este estudo tem como fontes documentos do próprio Banco Mundial, que é reconhecido como um repositório de conhecimento. Dessa forma, o primeiro capítulo reconstitui a criação do Banco Mundial, o início das operações, e as principais políticas desde 1945 até 1968. Já o segundo capítulo explora os principais desafios da instituição e as políticas empregadas entre 1968 e 1990. O terceiro capítulo apresenta as principais questões que permeiam o Banco a partir da década de 1990 até 2019. Por fim, na conclusão, há uma análise da progressão da agenda da instituição, do papel desempenhado pela mesma na ordem hegemônica vigente, e um balanço dos desafios que perduram na contemporaneidade.

2. CAPÍTULO 1: A CONSOLIDAÇÃO DO BANCO MUNDIAL (1945 E 1968)

A fundação do Banco Mundial, em seu âmago, teve o propósito de reconstruir a Europa pós-guerra. Após o cumprimento dessa função, então, sua atenção seria dirigida para o desenvolvimento do Terceiro Mundo. (RAPLEY, 2007, p.14). O contexto da Guerra Fria, a partir do encerramento da Segunda Guerra Mundial tornaria essa necessidade ainda mais premente, pois, devido à destruição em que o continente europeu se encontrava, com as populações dos países da Europa ocidental submetidas a privações e dificuldades políticas, sociais e econômicas, tornava países como França e Itália fortes candidatos à chegada de comunistas ao poder. Portanto, a atuação do então Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento foi imprescindível para o triunfo norte-americano sob os soviéticos.

A partir desse banco, idealizado pelos Estados Unidos, o dólar tornou-se a base dessa nova ordem monetária, o que desencadeou na criação de liquidez e forjou as disposições propícias para a expansão e internacionalização do capital norte-americano (PEREIRA, 2010, p.104).

Hoje, a nomenclatura da expressão Banco Mundial se refere a duas instituições: o Bird (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e a AID (Associação Internacional de Desenvolvimento), que são centrais para essa pesquisa. Mas o Grupo Banco Mundial (GBM) é constituído por outras 3 (três) organizações, além dessas duas: a Corporação Financeira Internacional (CFI), o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI) e a Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI).

O Bird, como apresentado, foi a primeira organização do Banco Mundial, e é a maior e mais importante de suas organizações. Por ser originária da Conferência de Bretton Woods, está intrinsecamente ligada às demais organizações dessa ordem, e isso se materializa de tal forma que, para um país ser membro do Bird, precisa estar vinculado ao FMI. Operando desde 1946, (PEREIRA, 2010, p.39), é perceptível o sucesso do Bird por meio do número de países membros, que até 2022, segundo o GBM, contava com 189¹, enquanto em 1947, ao efetuar o seu primeiro empréstimo possuía 42 países-membros. O Bird é responsável pela provisão de empréstimos e garantias financeiras aos países-membros que são elegíveis, assim como também oferece serviços não financeiros de análise e assessoria técnica. Consta ressaltar que o Bird

¹ Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/who-we-are/ibrd#:~:text=The%20International%20Bank%20for%20Reconstruction.owned%20by%20189%20member%20countries>> Acesso em: 15 nov, 2022.

somente realiza empréstimos a governos e instituições públicas, entretanto, o financiamento atribuído pelo Bird, permite e envolve a contratação de empresas radicadas em países capitalistas desenvolvidos, por meio do Lobby. (PEREIRA, 2010, p.40).

Seus recursos financeiros provêm de três fontes: (1) a subscrição de capital efetuada pelos Estados-membros; (2) a tomada de empréstimo e da intermediação financeira em mercados internacionais de capital por meio da emissão de bônus, com prazos de desconto e taxas de juros variados; (3) os rendimentos obtidos pela instituição com os pagamentos de empréstimos e créditos, a intermediação bancária e os investimentos que efetua com seus rendimentos (PEREIRA, 2010, p.43-44).

Pereira (2010, p. 44-45) agrupa os empréstimos do Bird em duas categorias: investimento e ajustamento. Os empréstimos de investimento financiam projetos de infraestrutura social e econômica, fornecem assistência técnica e institucional, introduzem conhecimento e tecnologia, apoiam instituições financeiras e reconstróem países. Já a segunda categoria, o ajustamento, foi concebida em 1979, reforçam as finanças de economias endividadas e são condicionados à implementação de medidas macroeconômicas e estruturais (PEREIRA, 2010 p.45). Essa modalidade é operada em sincronia com programas de estabilização e ajuste do FMI, e ao longo da década de 1980 e 1990 seria expandida com três novas modalidades de ajuste que seriam criadas, como resposta a crises financeiras e necessidade de salvaguardar a continuidade de determinados programas e projetos.

Independente do Bird, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) foi inaugurada em 1960, e metamorfoseou a “personalidade” do Banco Mundial e do próprio Grupo do Banco Mundial (GBM). Isso se deu a partir da concessão de créditos à longo prazo (variando entre 30 e 40 anos, havendo 10 anos de carência) com baixa ou nula taxa de juros para governos e instituições públicas de países pobres que não dispunham de acesso ao financiamento do Bird ou ao mercado de capitais, devido a seu nível de renda. Os países candidatos a créditos na AID são submetidos à avaliação por meio do critério de nível de pobreza (cujo cálculo ocorre pela renda per capita) e a insolvabilidade do país para adquirir recursos nos mercados de capitais. Entretanto, além desses critérios, o cliente deve comprometer-se a implementar políticas econômicas confiáveis, de acordo com o Banco (PEREIRA, 2010 p.52-53). Em 2022, segundo o GBM, a AID dispunha de 174 membros, do quais 74 são elegíveis para contrair créditos².

²

Disponível

em:

<

<https://ida.worldbank.org/en/about/history#:~:text=With%20initial%20funding%20of%20%24912.7,%2C%20United%20States%2C%20and%20Vietnam>> Acesso em: 15 nov, 2022.

Entre as três fontes de financiamento da AID, estão as doações voluntárias de países desenvolvidos e em desenvolvimento e compensação dos seus próprios créditos pelos mutuários e transferências da receita líquida do Bird e da CFI (PEREIRA, 2010 p.53-4).

No que se refere ao início de suas operações, o Banco Mundial enfrentou desafios de diferentes naturezas. Houve certa morosidade no início de suas atividades, por conta da necessidade de se adequar às leis de regulação bancária vigentes nos Estados Unidos, e à desconfiança de Wall Street no que concernia à Banco Mundial, devido à inexistência até então de uma instituição como essa. Eugene Meyer³ foi nomeado para solucionar o segundo desafio, por sua bem-sucedida carreira em Wall Street, boa reputação e prestígio no mercado financeiro. No entanto, ele duraria apenas seis meses, deixando o governo Roosevelt com dificuldades para encontrar um substituto (PEREIRA, 2010, p.118-119). De acordo com Pereira, a especulação de que a instituição seria obrigada a auxiliar a Europa enfraqueceu a aceitação dos títulos do Banco Mundial no mercado financeiro estadunidense (2010, p.119), o que prejudicou a gestão de Meyer, e colocou dúvidas e questionamentos sobre se a instituição deveria continuar ou não sendo uma agência financeira internacional (KAPUR ET ALL, 1997, p.76).

Somente três indicações, conjuntas, satisfizeram o mercado financeiro estadunidense em 1947: John McCloy⁴ para a presidência do Bird, Robert Gardner para a vice-presidência e Eugene Black para a diretoria executiva (MASON & ASHER, 197, p.50-51). McCloy era um advogado renomado em Wall Street, com experiência em política externa norte-americana, enquanto Gardner era o vice-presidente da General Foods Corporation, e Black o vice-presidente do Chase National Bank (PEREIRA, 2010, p.120). As indicações representaram uma mensagem de que o Banco financiaria predominantemente projetos justificáveis sobre bases comerciais, não sendo instrumento básico para reconstrução dos países europeus (GARDNER, 1994, p.348).

No que concerne ao tratamento desigual e intervencionista do Banco em países periféricos, este seria configurado desde o princípio (PEREIRA, 2010, p. 121), exemplificado no biênio de 1947-1948, com o Bird autorizando empréstimos de, respectivamente, U\$ 250 milhões para a França, U\$ 207 milhões para a Holanda, U\$40 milhões para a Dinamarca e U\$ 12 milhões para Luxemburgo, para reconstrução dos aliados europeus, enquanto que, para fins de desenvolvimento, sob exigências severas, foram concedidos somente U\$16 milhões para o

³ Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents/eugene-meyer>> Acesso em: 1 jun 2022.

⁴ Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents/john-jay-mccloy>> Acesso em: 1 de jun 2022.

Chile, para compra de equipamentos hidrelétricos e máquinas e implementos agrícolas (MASON & ASHER, 1973, p.52-53; KAPUR ET AL., 1997, p. 81-82). Os desembolsos expõem a natureza do Banco, que privilegiaria países industrializados do Norte Global.

O primeiro empréstimo da instituição, à França, expressa também a natureza da atuação do Banco Mundial como instrumento de política externa norte-americana: o empréstimo só foi obtido após o governo francês se comprometer a equilibrar o orçamento, aumentar os impostos, e remover os comunistas do governo de coalizão (PEREIRA, 2010, p.122). Seguindo o mesmo raciocínio, o Banco negou empréstimos à Polônia e Tchecoslováquia, por Washington temer que o montante emprestado contribuísse para a consolidação de comunistas politicamente. Entretanto, foram usadas justificativas econômicas para a refutação do empréstimo, e, conseqüentemente, ambos os países se retiraram do Bird (PEREIRA; 2010, p.123-124).

Essa sincronicidade do Banco com a política externa dos Estados Unidos pode ser compreendida examinando a atuação de McCloy, que, antes de assumir a presidência da instituição, participou da coordenação para criação do Plano Marshall e da Agência Central de Inteligência (CIA) (KAPUR ET AL., 1997, p.76-7, NOTA 67). A declaração de que o Banco Mundial não realizaria empréstimos políticos, traduz-se, na prática, para que, o Banco Mundial não realizaria incompatíveis com a política externa norte-americana. (PEREIRA, 2010, p.124). McCloy sairia do Banco em 1949, para ocupar o cargo de alto-comissário dos EUA na Alemanha, e indicaria Eugene Black⁵, seu colega do Chase National Bank, para a presidência da instituição.

No que se refere à reputação do Banco Mundial, somados todos os seus empréstimos até 1957, 52,7% do financiamento concedido pelo Bird tinham como destino países capitalistas com industrialização avançada (STERN & FERREIRA, 1997, p.533). O intuito era construir a credibilidade da instituição – que poderia ser manchada com empréstimo para países “pouco solventes” (PEREIRA, 2010, p.125). Essa política marcou a administração de Eugene Black, que, no período de 1949 até 1962, aplicou uma política creditícia bastante conservadora, baseada no tratamento desigual dos países para que emprestava e a rentabilidade comercial das operações. Países considerados mais solventes (Japão e países europeus), obtinham empréstimos para programas, de maior volume e orientados para o desequilíbrio no balanço de pagamentos. Países considerados menos solventes, (em sua maioria, países de renda média), obtinham empréstimos para projetos (KAPUR ET AL., 1997, p.129).

⁵ Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents/eugene-robert-black>> Acesso em: 1 de jun 2023.

Ainda, segundo Pereira, durante os 14 (catorze) anos da administração Black, sempre, ao menos 92,5% das quantias emprestadas concentraram-se no contrato de bens e serviços de empresas situadas respectivamente nos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Itália e Japão (2010, p.126). Dessa forma, os empréstimos do Bird beneficiavam os países do Norte Global até mesmo quando feito para países de renda média e baixa.

No que concerne à rentabilidade dos empréstimos, essa condição não era seguida à rigor. Quando questões políticas eram centrais, o Bird não se constrangeu em ocultar créditos para atenuar crises em balanços de pagamentos como se fossem empréstimos para projetos específicos (KAPUR ET AL., p.123).

Constata-se, portanto, que o Banco Mundial fortaleceu a política externa norte-americana, bem como “os bancos, as firmas de investimento e empreiteiras ocidentais” (PEREIRA, 2010, p.126), não só nos Estados Unidos e Europa, mas no mundo colonial e na periferia (GOLDMAN, 2005). O Banco foi utilizado como instrumento para manutenção econômica dos vínculos coloniais entre ex-colônias e metrópoles, sendo que, esses países periféricos ainda contraíram dívidas para contratar bens e serviços de empresas metropolitanas (TODUSSAINT, 2006, p.40-41).

Os resultados do Banco, em 1962, comprovaram a lucratividade da instituição, bem como a sua viabilidade: nos 14 anos da administração Black, o Banco Mundial emprestou mais de U\$ 6 bilhões em mais de 300 operações, sem que ocorresse inadimplência de alguma parte (MASON & ASHER, 1973, p.407).

Porém, países recém descolonizados na África e Ásia, não atendiam os requisitos para obtenção de empréstimos do Bird, e até mesmo países de renda média, clientes centrais da instituição, como a Índia, eram impedidos, devido às condições custosas impostas. Projetos aprovados foram focados em infraestrutura física, sem projetos em áreas sociais, pois Wall Street não consentiria, por não serem rentáveis. (KAPUR ET AL., 1997, p.119; PEREIRA, 2010, p.131).

Como consequência dessa política, na administração de Black, o Banco se consolida entre as organizações internacionais como um “ator financeiro qualificado” (PEREIRA, 2010, p.135), mas que segue um caminho diferente das agências da ONU, criadas no mesmo contexto, como a Unicef, cuja à área social era estratégica, e a prioridade não eram os lucros.

Desde o início de suas operações, o Banco contribuiu para a fundar “instituições” moldadas como agências paraestatais com quadros altamente qualificados, criando uma rede estável e fiel capaz de atender prontamente aos seus interesses, independente do governo local (MASON & ASHER, 1973, p.701-02; PEREIRA, 2010, p.139).

O contexto geopolítico e social da década de 1950 impulsionaria a fundação da Corporação Financeira Internacional (CFI) em 1956 e da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) em 1960. Podem ser citados o acirramento da Guerra Fria, com a União Soviética e os Estados Unidos disputando as zonas de influência recém-descolonizadas, e nesse ínterim ocorrendo a Revolução Cubana, que instalou um governo socialista a 120km do território norte-americano. Outro fator importante foi a união de países do recém-nomeado “Sul Global”, entre eles, Índia e Iugoslávia, demandando por recursos, e pressionando a ONU a tratar da pauta de desenvolvimento, e criar uma agência de fundos que competiria com o Banco Mundial.

A primeira resposta do governo Eisenhower, a criação da CFI, teve pouco apoio prático de Washington, apesar de sua aprovação, e não obteve sucesso em responder às demandas ou combater as críticas. Assim, os estadunidenses e seus aliados, para impedir o avanço do fundo do Sunfed, fundo da ONU com proposta de contribuições obrigatórias e progressivas, com condições elevadamente acessíveis, e um voto por país, de maneira que o ônus seria dos países mais ricos, criaram a AID. Para desmobilizar o Sunfed, os norte-americanos atraíram a principal liderança, a Índia, para apoiar a AID, oferecendo condições especiais (PEREIRA, 2010, p.147).

A AID, tal como o Bird, possuía o mesmo sistema de cotas para distribuição dos votos, suas atividades financiadas de modo voluntário, não progressivo, de acordo com negociações e interesses dos países doadores (SANAHUJA, 2001, p.67). No contexto da Guerra Fria, a AID se tornou mais um instrumento de combate aos soviéticos por meio da ajuda externa. Ainda, também promoveu a ideia de que os países ricos estariam comprometidos com a causa do desenvolvimento de países de média e baixa renda. (PEREIRA, 2010, p. 148). Para Mason e Asher (1973, p.380-81), a AID sempre foi “um fundo administrado pelo Banco Mundial”, mas é inegável que sua criação representou uma reviravolta na política externa norte-americana, na política econômica do Banco, e no maior estreitamento da atuação de ambos.

Quando George Woods⁶ assumiu a presidência do Banco, em 1963, se deparou com uma instituição consolidada, com pontuação máxima junto aos investidores. Porém, havia muito dinheiro em caixa, mas escassas opções de investimento. Ademais, o relatório anual do Banco apontava para o crescente endividamento externo dos seus clientes, em especial os países da periferia. (PEREIRA, 2010, p.155). A situação se tornou cada vez mais crítica ao longo da década de 1960, não apenas pela questão financeira, mas também por questões políticas e de

⁶ Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents/george-david-woods>> Acesso em: 1 jun 2023.

imagem. Dessa forma, o Banco foi pressionado a modificar a sua política creditícia, principalmente devido ao contexto da Guerra Fria, e as discussões sobre subdesenvolvimento,

Paralelamente, o Banco também passou a ter concorrência, com outras instituições financeiras internacionais, como por exemplo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), fundado em 1959, seguindo o formato do Bird, para atender às necessidades de financiamento à agropecuária e à área social (KAPURET AL., 1997, p.155), e o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), em 1966, visando reduzir a pobreza na Ásia e Pacífico por meio de investimentos em projetos ligados às áreas de infraestrutura, educação, serviços de saúde, entre outras (CASTIGLIO, SILVA; MORRONE; GRANDO; TEIXEIRA; 2020). Entretanto, em ambos, os Estados Unidos possuem o maior percentual de voto para aprovação projetos, sendo que, muitas vezes essas duas instituições atuam em parceria com o Banco Mundial.

A gestão de Woods encarou o endividamento como uma solução, e não mais como um problema (SANAHUJA, 2001, p.68-69), suavizando as condições de pagamento e expandindo o acesso a empréstimos e créditos. Para isso, abrandou os critérios de solvência, e valorização de indicadores diferentes para conceder empréstimos, como o potencial de crescimento e o tipo de política econômica executada. Ainda, para alguns clientes estratégicos, o Banco forneceu empréstimos para amortecer crises em seus balanços de pagamentos, principalmente por meio da AID (PEREIRA, 2010, p.158). Tal reorientação culminou no período em que o Banco Mundial mais cresceu até então, com empréstimos aumentando 10,4% ao ano e o staff profissional crescendo 13% ao ano entre 1961 e 1969 (KAPUR ET ALL, 1997, p.187-188).

Destaca-se também a expansão do Banco para países do Sul Global, tendo iniciado relacionamento com 50 novos clientes, dos quais 27 localizados na África Subsaariana, 10 no Norte da África e Oriente Médio, 7 na América Latina e 6 na Ásia (PEREIRA, 2010, p.160). No entanto, a distribuição desses recursos não foi igualitária. Apesar de 77% do volume emprestado pelo Bird e 99,2% dos créditos da AID terem sido direcionados para países de renda média e baixa, a Índia recebeu sozinha 47% dos créditos da AID e 5,6% dos créditos do Bird, quase um quarto da quantia desembolsada pelo Banco no período de 1961-1969 (PEREIRA, 2010, p.162), resultado dos esforços para desmobilização da aliança dos países do Sul Global.

Paralelamente, os empréstimos concedidos a países ricos caíram de 43% ao longo da década de 1950 para 7% em 1968-69 (KAPUR ET AL., 1997, p.192, NOTA 174). Nota-se também a diversificação de investimentos considerados não produtivos para áreas como a agropecuária, saneamento básico, educação, entre outras (PEREIRA, 2010, p.165), fruto das discussões sobre subdesenvolvimento da época.

Na década de 1960 o Banco expandiu sua atuação na rede de assistência internacional ao desenvolvimento, cumprindo orientações da política externa norte-americana. A Índia, para compensar os empréstimos recebidos, passou, até o final dos anos 1960, a importar alimentos dos Estados Unidos em alta escala, e se comprometeu em promover medidas de liberalização comercial e industrial (OLIVER, 1995, p.125-51; GWIN, 1997, p.207). Em 1965, o relatório da Missão Bell, liderado pelo Banco Mundial, propôs ao governo indiano a desvalorização da moeda, a eliminação de mecanismos regulatórios na indústria e agricultura e o enfoque na produção agrícola. O Banco Mundial, o FMI e o governo estadunidense ofereceram assistência externa para adoção das medidas. A imprensa indiana se posicionou contra o relatório e o Banco, realizando campanha contra as recomendações. Mesmo assim, em 1966, a desvalorização ocorreu, se tornando um exemplo da influência exercida pela instituição (PEREIRA, 2010, p.168-169).

Uma das importantes viradas dessa década é o entendimento de que desenvolvimento seria a redução da desigualdade entre os países, e não mais o aumento da capacidade produtiva. Delineou-se o mapa mundial, não mais em Leste e Oeste, mas em Norte e Sul – nações ricas e nações pobres (PEREIRA, 2010, p.170). O critério de pobreza tornou-se aceito para a obtenção de empréstimos, mas a orientação de “maximização do crescimento econômico, a geração de ganhos para o Banco e a demanda por importações” (PEREIRA, 2010, p.170) foi mantida.

Por fim, no que se refere à questão orçamentária da instituição, enquanto o Bird tornou-se cada vez mais independente de Wall Street, captando investidores fora dos Estados Unidos, a AID foi progressivamente submetida às vontades políticas de Washington, tanto do Executivo quanto do Congresso, para obtenção da aprovação do fundo, e utilizada como instrumento de política externa.

Tabela 1- Principais acontecimentos entre 1944 e 1968

Período	Principais Acontecimentos
1944	Fundação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird)
1955	Conferência de Bandung
1956	Fundação da Corporação Financeira Internacional (CFI)
1957	52,7% do financiamento concedido pelo Bird tinham como destino países capitalistas com industrialização avançada
1959	Fundação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
1960	Fundação da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)
1961-1969	Período em que o Banco Mundial mais cresceu até então, com empréstimos aumentando 10,4% ao ano e o staff profissional crescendo 13% ao ano

Elaborada pela autora.

Tabela 2- Principais ações das gestões entre 1946 e 1968

Presidente		Período	Principais ações
1	Eugene Meyer	1946-1946	Compôs os quadros do Banco, iniciou o trabalho da definição do processo da contratação e da política de empréstimos.
2	John McCloy	1947-1949	Estabeleceu a confiança de Wall Street no Banco, obteve recursos para a instituição e iniciou as operações de empréstimos. Solucionou a questão da divisão de responsabilidades entre o presidente e a diretoria executiva.
3	Eugene Black	1949-1962	Consolida o Banco Mundial como uma instituição eficiente, lucrativa e importante ator da política externa. Aumento dos empréstimos, os quais priorizou os países industrializados , considerados mais solventes. Criou o CFI e a AID.
4	George Woods	1963-1968	Período em que o Banco mais cresceu, tanto no que se refere à operações de empréstimo, quanto à contratação de staff. Projeta o Banco como uma instituição de desenvolvimento global.

Elaborada pela autora.

3. CAPÍTULO 2: O BANCO MUNDIAL É REFORMADO. E ENTÃO É REFORMADO DE NOVO (1968-1990)

Robert McNamara⁷ é uma das figuras mais famosas e polêmicas que já presidiu o Banco Mundial, e apesar de sua gestão apresentar continuidades das gestões anteriores, as inovações a marcaram, “consolidando-a, definitivamente, como uma agência fulcral no âmbito das políticas de desenvolvimento” (PEREIRA,2010, p.177), ao realizar a conexão entre segurança e desenvolvimento.

Com um currículo impressionante, tendo estudado e lecionado na Harvard Business School, presidido a Ford Motor Company, integrado o conselho consultivo da Fundação Ford, e sido indicado para o cargo de secretário da Defesa dos EUA, em 1961, pelo presidente Kennedy, a ocupação de McNamara no cargo de presidente do Banco representou a aproximação da instituição ao campo político do governo norte-americano, e seu afastamento de Wall Street.

Um fator que exerceu forte influência durante a presidência de McNamara foi a Guerra do Vietnã (1955 – 1975), cujos impactos orientavam a política externa norte-americana. A partir do final da década de 1960 a política de contenção até então adotada no contexto da Guerra-Fria foi suspensa, e o Congresso norte-americano passou a se envolver cada vez mais nas decisões relacionadas à política externa bilateral e multilateral, o que resultou numa maior fiscalização acerca da participação do país no Banco Mundial (GWIN,1997, p. 211).

Com o crescente desgaste da opinião doméstica no que se referia à ajuda externa internacional, as agências multilaterais como o Banco Mundial se tornaram um meio para Washington manter a política de assistência internacional à países da periferia, além de acrescentar uma aparência multilateral e despolitizada, evitando tensões diretas com governos (PEREIRA, p.181, 2010). McNamara, em seu primeiro discurso como presidente, defendeu que crescimento econômico não era sinônimo de redução de pobreza, sendo necessário realizar uma distinção entre ambos, orientação que conduziria as operações do Banco Mundial na década de 1970 (PEREIRA, p.182, 2010).

McNamara daria sequência às mudanças introduzidas por Woods, numa escala maior, no que se refere à composição setorial da carteira do Banco para reduzir “diretamente à pobreza” no quinquênio de 1968-1973, designando a agropecuária como o setor de maior expansão no programa de crédito, pelo seu função-chave que exerceria no crescimento econômica de vários países em desenvolvimento. Ainda, projetos da área social, isto é,

⁷ Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents/robert-strange-mcnamara>>
Acesso em: 1 jun 2023.

educação, fornecimento de água potável, saneamento básico, nutrição, saúde, primeira habitação urbana e planejamento familiar também teriam maior dimensão na carteira do Banco (PEREIRA, 2010, p.182).

Já quanto à destinação geográfica dos empréstimos, também houve mudanças. Intensificaram-se os desembolsos para a Ásia, principalmente devido à volta da Indonésia como cliente do Banco, por conta do golpe militar apoiado pelos Estados Unidos (TOUSSAINT, 2006, p.110-11), bem como apontou a África, América Latina e o Caribe como prioridades, incumbindo a duplicação e triplicação, respectivamente, de recursos para essas áreas. Sua meta de dobrar os empréstimos e créditos em cinco anos representava mais do que havia sido despendido pela instituição em seus primeiros 20 anos de operação (PEREIRA, 2010, p.182). Para isso, McNamara estendeu a diversificação das fontes de financiamento já implementadas por Woods (PEREIRA, 2010, p.183), o que elevou a capacidade de empréstimos da instituição a patamares inéditos.

Enquanto o discurso para acesso ao financiamento propiciado pela instituição continuou a ser, como ainda é hoje, o de que as operações somente atendiam a demandas dos clientes, o Banco passou a enviar sua própria equipe para identificar e idealizar possíveis projetos financiáveis, e então comunicar ao governo sobre essa oportunidade, para o mesmo requisitar à instituição o estudo do financiamento (GEORGE & SABELLI, 1996, p.57-58). Consta considerar que, “o acesso ao dinheiro do Banco Mundial funcionava como um catalisador de empréstimos e créditos externos” (PEREIRA, 2010, p.187), que resultava na obtenção à outras “fontes de recurso, públicas e privadas, fomentando ainda mais a espiral de endividamento.” (PEREIRA, 2010, p.187).

McNamara também contou com a crescente oposição de parlamentares norte americanos, uma vez que sua presidência na instituição, vinculou-a à guerra do Vietnã, que se tornava cada vez mais impopular, e à política externa estadunidense (PEREIRA, 2010, p.193), que instrumentalizava a ajuda bilateral e multilateral ao desenvolvimento para obter apoio na guerra. Dessa forma, houve de maneira cada vez mais frequente o embate entre o Executivo e o Congresso sobre os pedidos de verba para ajuda externa, e iniciou-se o processo no qual o Congresso não apenas obteve cada vez mais controle sobre esses recursos, como também aumentou progressivamente a sua influência sobre o Banco (GWIN,1997, p.220). Como resultado, a instituição também se torna uma ferramenta de retaliação dos congressistas para outros países que efetuassem políticas desafeitas aos interesses que representavam. Nesse sentido, as negociações para reposição de fundos à AID se tornam uma batalha entre os EUA e

outros doadores, e entre o Tesouro, o Departamento de Estado e o Legislativo (PEREIRA, 2010, p. 195), processo que continuaria se repetindo nas décadas seguintes.

Nas gestões anteriores à de McNamara, a instituição falava em "necessidades sociais", e não em pobreza (PEREIRA, 2010, p.207), e mesmo assim, tendo tido pouco espaço na agenda até então. Desse modo, houve uma institucionalização da redução da pobreza e investimento em pesquisa de projetos ligados ao tema, mais do que ações práticas para o seu efetivo combate.

A ideia corrente era de que a solução para superar a pobreza seria a inserção dos pobres em atividades mais produtivas, assim, a pobreza não seria uma causa do progresso, mas culpa de sua ausência (PEREIRA, 2010, p.208). Como resultado, a gestão alavancou projetos "orientados para a pobreza" que na realidade não eram pensados para atingir os mais pobres e nem para redistribuir renda e riqueza (PEREIRA, 2010, p.208-209).

Embora houvesse uma retórica na gestão de McNamara de atendimento aos segmentos pobres das populações das regiões beneficiadas, em uma análise da própria organização, esses segmentos não eram contemplados pelos projetos de agricultura e educação (PEREIRA, 2010, p.192). Nos 12 anos da gestão de McNamara, os empreendimentos da instituição para projetos com alguma orientação à pobreza não foram mais do que um terço do total, sendo ainda, esse índice superestimado, pois de acordo com Kapur et al. (1997, p.339) era comum que o staff exagerasse o grau de cobertura dos projetos, aumentando o número de beneficiários considerados pobres, uma vez que a ascensão profissional da instituição estava relacionada ao volume de empréstimos supervisionados por cada funcionário.

Por outro lado, a atuação do Banco, de forma indireta, teve grandes impactos, uma vez que, a cada empréstimo da instituição, os governos necessariamente desembolsavam uma contrapartida financeira, ainda maior, quase sempre. O Banco, além de reorientar o gasto público estatal, redefiniu políticas setoriais e sociais por meio dos projetos que financiou (PEREIRA, 2010, p.222-223). Nesse sentido, como expõe Pereira, é imensa a lista de projetos financiados ou apoiados pelo Banco que provocaram impactos altamente negativos do ponto de vista socioambiental (2010, p.223).

A partir de 1969, a Guerra Fria entrou no período nomeado "Detente" ou "Distensão", com a eleição de Nixon nos Estados Unidos. Vaisse (2013, p.97) usa o termo de "adversárias-parceiras" para definir a relação das superpotências nessa nova fase. À medida que há aproximação entre os soviéticos e os norte-americanos, ocorre a queda dos empréstimos para fins "sociais", e o discurso de "assalto à pobreza" gradualmente desaparece ao longo da gestão de McNamara (PEREIRA, 2010, p. 226).

Em 1971 o padrão dólar-ouro é rompido, em 1973 haveria o 1º Choque do Petróleo, e em 1979, o 2º Choque do Petróleo. Logo, essa década foi marcada como um período de complicações políticas-econômicas no mundo. Nessa conjuntura, houve uma disputa entre McNamara e o secretário do Tesouro do governo Ford, William Simon, em 1976. Enquanto McNamara defendia o aumento dos empréstimos do Banco, Simon defendia o combate à inflação, o que forçaria os países a ajustarem as suas políticas econômicas numa agenda liberal. Os empréstimos continuaram a ser mobilizados pelo Banco (PEREIRA, 2010, p.228). Para contornar a oposição do congresso ao Banco, Carter, o então presidente, recorreu à diplomacia do G7, rotina que se repetiria nos anos seguintes (PEREIRA, 2010, p. 229).

Algumas das críticas do Congresso para com o Banco se referiam à sua falta de transparência quanto às operações, recusa em fornecer informações (GWIN, 1997, p.220-221) e aos altos salários pagos pelo Banco. Logo, não se tratava apenas de uma perseguição à instituição ou ao governo, por parte do Congresso, mas de questões pertinentes a serem discutidas.

A crise econômica se seguiria na década de 1980, e em seu último discurso, McNamara ressalta a necessidade de que o financiamento externo seja utilizado como instrumento de apoio ao ajuste, e não como o seu substituto (PEREIRA, 2010, p.234).

O final do segundo mandato de McNamara coincide com uma reviravolta na economia política internacional, se convertendo na ideologia liberal-conversadora com a eleição de Margaret Thatcher e Ronald Reagan no Reino Unido (1979) e Estados Unidos (1981), respectivamente. Como consequência, o movimento sindical, direitos sociais e políticas keynesianas ou sociais-democratas passariam a ser perseguidos, e esvaziados, objetivando a restauração da classe capitalista nos países. A partir da eleição de Reagan, o Banco Mundial perde seu grande aliado, uma vez que o novo governo se junta ao Congresso no ataque à ajuda multilateral oferecida pela instituição a outros países. No entendimento de Reagan, a melhor maneira de obter retorno garantido nos programas de ajuda seria pela assistência bilateral, a qual também, não haveria dúvidas de estar de acordo com a Política Externa norte-americana (PEREIRA, 2010, p.243-244).

Logo no início a antipatia do novo governo pelo Banco ficou evidente, com a encomenda de um estudo para determinar se a instituição possuía “tendências socialistas”, por realizar empréstimos ao setor público (KAPUR ET AL, 1997, p.338). Somente com a nomeação de Alden Winship Clausen⁸, em junho de 1981, a relação melhoraria.

⁸ Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents/alden-winship-clausen>>
Acesso: 1 jun 2023.

Ex-presidente do Bank of American, a chegada de Clausen anunciava a mudança radical que a gestão da instituição sofreria, com a substituição e saída de algumas das principais figuras da administração anterior, e sua substituição por nomes extremamente ligados à economia neoclássica e ao neoliberalismo. Imediatamente, a gestão de Clausen abandonou a agenda de combate à pobreza – que já sofria desgaste dentro e fora da instituição, havendo pouca ou nenhuma menção a ela, a partir de então (PEREIRA, 2010, p.245).

Ainda em 1981, seria publicado o relatório Berg (BANCO MUNDIAL, 1981), que condensaria a nova linha política do Banco Mundial, sendo uma resposta à decadência dos indicadores econômicos e sociais na África Subsaariana durante a década de 1970. Sem contar com qualquer autocrítica quanto à sua atuação, o relatório culpava o Estado pela derrocada econômica e social dos países, por ser desnecessariamente grande, ineficiente e intervencionista. A solução seria uma redução do Estado, captação de recursos por meio de serviços públicos até então gratuitos, ampliação do controle privado sobre a economia e assistência externa para alavancar reformas nas políticas comercial, cambial e agrícola com foco na promoção da liberalização, com a condição de adesão dos governos aos ajustes sugeridos pelo Banco Mundial e pelo FMI (PEREIRA, 2010, p. 246).

A avaliação encomendada por Reagan foi concluída em 1982, e, embora houvesse críticas quanto à priorização da quantidade de empréstimos ao invés da qualidade, e aos altos salários pagos aos funcionários da instituição, constatou-se que o desempenho do Banco Mundial e demais instituições eram ferramentas valiosas para cumprimento dos interesses estadunidenses e para a construção de um sistema capitalista internacional desregulado (PEREIRA, 2010, p. 246-247). Suas recomendações eram, respectivamente (1) apoio dos EUA às instituições do Banco Mundial visando acelerar a abertura de mercados nacionais e alavancar o financiamento do capital privado; (2) acúmulo de esforços dos EUA para que a alocação dos empréstimos tivesse como fim as reformas políticas nos países receptores; e (3) redução do gasto dos EUA com as instituições do Banco Mundial.

No mesmo ano, o México declarou moratória e a crise na dívida dos países latino-americanos irrompeu, como resultado do processo de endividamento praticado incessantemente nas últimas 2 décadas com a conivência do Banco Mundial e do FMI. Excluiu-se as causas externas e se atribuiu a crise a políticas econômicas internas erradas. Ao estourar a crise, as autoridades monetárias do G7 de imediato passam da tolerância extrema com o *laissez-faire* para a cobrança inflexível de respeito às normas. Por uma década os países latino-americanos não teriam acesso ao sistema financeiro internacional, o que os leva à estagnação e aumenta a

dependência em relação as instituições de Bretton Woods, sendo Brasil e México os países mais afetados.

Como as autoridades monetárias diagnosticam a crise como problema de liquidez, e não solvência, entre 1982 e 1986 o principal objetivo dos programas de ajustamento era a estabilização macroeconômica de curto prazo. Todos os programas se baseavam na contenção do consumo interno, no arrocho salarial, no corte de gastos sociais e na redução do investimento público.

Uma das polêmicas dessa década é que, a partir de 1984, o Banco passou a omitir o cálculo das transferências líquidas quanto os devedores pagam em juros (TOUSSAINT, 2006, p.197-198), após o início, em 1983, da transferência líquida negativa dos países endividados. Uma atitude um tanto controversa, que até hoje se mantém, e vai na contramão da agenda de transparência disseminada pela instituição.

Em 1985 há a implementação do Plano Baker, que consistia no financiamento de projetos de desenvolvimento por bancos privados, e concomitantemente, na conversão dos débitos em ações de empresas dos países devedores, destacando que, a sua operação deveria ocorrer atrelada aos empréstimos de ajustamento estrutural do Banco Mundial (PEREIRA, 2010, p.260). Dessa forma, Washington esperava resolver a crise da dívida, enquanto avançava na liberalização da economia (GWIN, 1997, p.234). Apesar do plano fracassar, principalmente devido à oposição dos bancos comerciais à autorização de novos empréstimos, o Banco e o FMI se consolidaram como cogestores da dívida (BATISTA, 1999, P. 29).

O fracasso do Plano Baker, aliado com os efeitos recessivos dos planos de estabilização colocados em práticas em certos países como Brasil e Argentina evidenciam para os credores, tanto públicos quanto privados, que não se tratava de uma crise de liquidez de solução rápida, o que levou ao questionamento sobre a sustentabilidade da política de ajuste. O discurso de que se trataria de uma política “boa para pobres”, beneficiando-os prontamente, muda ao longo da década de 1980, e o Banco passa a reconhecer a ocorrência de alguns “custos sociais” (PEREIRA, 2010, p.264). “Custos sociais” era uma forma um tanto suave de descrever o aprofundamento da pobreza vivido pelos países devedores.

Essa mudança ocorre no período de posse de Barber Conable⁹ à presidência da instituição, em julho de 1986, quando se implementa a criação de programas paliativos de compensação social, de modo a abrandar, seletivamente e no curto prazo, a repercussão da política de ajuste sobre a parte da população mais atingida. Conable era um advogado, com

⁹ Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents/barber-conable>> Acesso em: 1 jun 2023.

especialização em finanças, ex-deputado federal republicano e ex-presidente da Comissão de Finanças do Congresso, tendo, portanto, habilidade para tratar com os congressistas que atacavam a instituição, bem como com a opinião pública, desejosa por acompanhar mais de perto os negócios do Banco (RICH, 1994, p. 145).

Pereira (2010, p.264) observa que entre 1981-1993 se verifica uma mudança na composição setorial do tipo de empréstimos, havendo o aumento expressivo dos campos de educação e saúde primárias, em contraste com o declínio da agricultura e desenvolvimento rural. O intuito dessa ação era desmobilizar protestos sociais que poderiam emergir contras as coalizões dos governos clientes do Banco, se materializando na criação de fundos sociais que financiavam programas e projetos, geravam empregos temporários e subsidiavam o fornecimento de alimentos para populações vulneráveis. Esses fundos tornaram-se “veículos permanentes para a conformação de um novo modelo de política social de tipo liberal” (PEREIRA, 2010, P. 266).

Outra adversidade enfrentada pelo Banco na década de 1980 seriam as ONGs internacionais ambientalistas e relacionadas à defesa dos direitos humanos, que passariam a pressionar o Congresso norte-americano e o próprio Banco para que ele assumisse o compromisso de minimizar impactos sociais negativos dos seus programas de ajuste estrutural. Enquanto determinadas matérias eram fáceis para a instituição aglutinar, como o direito da mulher e o ataque à pobreza, outras tornaram-se complexas, como a questão ambiental (PEREIRA, 2010, p. 268), que se contrastava com os interesses da política econômica vigente.

Um dos projetos financiados pelo Banco Mundial no Brasil, o “Polonoroeste”, causou um desastre social e ambiental sem precedentes até então. A intenção era modernizar a economia do Norte do país, construindo uma rodovia ao mesmo tempo em que realizaria uma reforma agrária na região, oferecendo saúde básica e protegendo as comunidades indígenas que ali viviam. Enquanto a construção da rodovia foi rápida, os demais projetos ficaram no papel, o que ocasionou no aumento desproporcional da população numa região sem infraestrutura (saltou de 620 mil em 1982 para 1,6 milhão em 1988), no aumento extraordinário do desmatamento na Amazônia, uma vez que a rodovia facilitou o acesso de madeireiros, pecuaristas e garimpeiros à área, numa epidemia de malária que causou milhares de mortes e na desapropriação de terras indígenas (PEREIRA, 2010, p.270).

Esse caso foi amplamente explorado pelas ONGs, para denunciar a desolação social e ambiental financiada pelo Banco, o que forçou Conable a anunciar a expansão da área ambiental da instituição. Ainda em 1985, pela primeira vez, um presidente da instituição se reuniu com ambientalistas, num encontro promovido por um importante senador republicano. A temática

ambiental se tornou cada vez mais preponderante nessa década, e esse seria o primeiro de muitos avanços no assunto. Membros do Banco passaram a votar contra empréstimos por razões ambientais devido à pressão do Tesouro, do Senado, da opinião pública e das ONGs (PEREIRA, 2010, p. 272). A partir de então as ONGs seriam progressivamente incluídas no esboço, execução e gestão de projetos da instituição, principalmente na década de 1990 (PEREIRA, 2010, p.290).

Tabela 3- Principais acontecimentos entre 1968 e 1990

Período	Principais Acontecimentos
1971	O padrão dólar-ouro é rompido
1973	1º Choque do Petróleo
1979	2º Choque do Petróleo
1981	Relatório Berg
1981-1993	Mudança na composição setorial do tipo de empréstimos, havendo o aumento expressivo dos campos de educação e saúde primárias, em contraste com o declínio da agricultura e desenvolvimento rural.
1982	Avaliação encomendada por Reagan é concluída; México decreta uma moratória
1984	O Banco Mundial passa a omitir o cálculo das transferências líquidas quanto os devedores pagam em juros
1985	Implementação do Plano Baker; Primeira vez que um presidente da instituição se reuniu com ambientalistas

Elaborada pela autora.

Tabela 4- Principais ações das gestões entre 1968 e 1990

Presidente	Período	Principais ações
5 Robert McNamara	1968-1981	Gestão marcada pelas inovações da instituição. Afasta o Banco Mundial de Wall Street, e o aproxima mais da política externa norte-americana. Diversifica as fontes de financiamento da instituição e intensifica os empréstimos da instituição aos países do Sul Global. Revisão do paradigma do Banco para o combate à pobreza.
6 Alden Clausen	1981-1986	Marca a introdução do neoliberalismo na instituição. Foco nos empréstimos de ajuste estrutural. Nova aproximação da Banco com Wall Street.
7 Barber Conable	1986-1991	Introdução da agenda ambiental na instituição, de políticas para "abrandar" efeitos dos empréstimos de ajuste estrutural. Aproximação do Banco com as ONGs e o Congresso norte-americano.

Elaborada pela autora.

4. CAPÍTULO 3: O BANCO MUNDIAL RESISTE E SE RENOVA (1990-2019)

No que diz respeito ao Consenso de Washington, ocorrido em 1990, este representou o “fim da tolerância de Washington com um mundo de capitalismo nacionais e o assalto do capital contra o conjunto de direitos sociais e trabalhistas forjados no pós-guerra.” (PEREIRA, 2010, p. 278). Em suma, os programas de ajustamento estrutural e reforma setorial seguiriam na agenda da instituição, conjuntamente com os ataques aos direitos sociais e trabalhistas.

O fim da Guerra Fria corresponde também com a afluência do neoliberalismo, principalmente na América Latina, e com a redemocratização de países até então governados por ditaduras militares. Como resultado, o Banco elaborou os seguintes objetivos estratégicos: (1) alívio da pobreza por meio da “compensação” aos “custos sociais” decorridos pelo ajuste, isto é, a promoção do acesso a serviços sociais básicos; (2) repensamento do papel desempenhado pelo Estado na economia, colocando-o à disposição do mercado, de modo a fortalecê-lo e complementá-lo em regime de livre concorrência, sendo que a sua intervenção só poderia ocorrer em casos extremos, e; (3) revisão da implementação das reformas estruturais.

A novidade na proposta da instituição, era a liberalização profunda da economia nacional e a privatização. O Banco assumiu uma postura “assistencialista”, tendo consciência de que as medidas piorariam as condições de vida e emprego de grande parte das populações, e que sua aplicabilidade se devia a evitar tensões sociais e instabilidade política. Defendia-se que a eficiência dos mercados espontaneamente promoveria equidade social, sendo, portanto, o crescimento econômico a solução para a pobreza. E, conforme o Estado cedia a então responsabilidade pelas questões ambientais e sociais, as ONGs apropriaram-se dessas funções, tornando-se “interlocutoras e parceiras legítimas” (PEREIRA, 2010, p. 293) do Banco.

Cabe notar o papel desempenhado pelo Banco Mundial para apoiar as reformas estruturais e aproximar os países do Leste Europeu e da ex-URSS da União Europeia (PEREIRA, 2010, P. 296-297). Ademais, o Banco contou com a entrada desses países como novos membros, o que significou a concepção de uma nova categoria na instituição, de países “em transição”, isto é, não em desenvolvimento, mas sim em reconstrução (PEREIRA, 2010, p. 298). E os mesmos resultados danosos na África e América Latina se repetiriam no Leste Europeu e Rússia: níveis acentuados de desigualdade social e empobrecimento da população.

Em 1991, Lewis Preston¹⁰, deixa a presidência do J. P. Morgan, banco que obtivera grandes lucros com a gestão da crise da dívida externa na América Latina, para assumir a presidência do Banco Mundial, indicado pelo governo Bush (PEREIRA, 2010, p.298).

É esse período que, de acordo com Pereira (2017, P.403), o termo “governança” é usado pela primeira vez no Banco Mundial em um relatório de 1989, sobre a implementação do ajuste estrutural na África Subsaariana. O relatório argumenta que, para a concepção de “ambiente” propício ao crescimento do setor privado e uso produtivo de recursos, além das políticas macroeconômicas “sólidas” e infraestrutura “eficiente”, é necessária a “boa” governança, isto é, instituições públicas “eficazes” e um novo “balanço entre governo e governados” (BANCO MUNDIAL, 1989). Logo em seguida, as agências de ajuda externa ao desenvolvimento dos Estados Unidos e do Reino Unido adotaram a agenda da governança e passaram a prescrevê-la entre 1990-1992, seguidos por França, Alemanha e outras agências multilaterais. (PEREIRA, 2015, p.473). Também, em 1991, o tema seria abordado num comunicado do G7 (WILLIAMS, 2008, p.75-76; BABB, 2009, p.158). Nos anos 1990, também se adiciona à agenda a promoção de valores neoliberais além da boa governança, como a promoção de certo modelo de democracia, transparência, e combate à corrupção. Instituições transparentes e participação política são acrescentados ao modelo político-econômico vigente.

Apresentando exemplos específicos dessa influência, Guilhot (2005, p. 188) evidencia como as prescrições reformistas se infiltraram na linguagem do Banco Mundial, que promoveu um institucionalismo dos interesses dessa ordem mundial hegemônica norte-americana ao longo das décadas, destacando que a ideologia é propagada por uma organização que, ao menos no início, se preocupava com os interesses mais materiais de todos: dinheiro e juros.

Essa agenda de boa governança e transparência teria se beneficiado do contexto de fim da Guerra Fria e impulsionamento da globalização financeira, o que estimulou a conceber uma nova infraestrutura institucional dos Estados. Entretanto, o que tornou possível sua implementação foram os empréstimos de ajuste realizados pelo Banco, que viabilizaram a reforma das políticas dos clientes (PEREIRA, 2017, p. 403-404).

Assim, a governança se torna a epígrafe que condensa políticas, técnicas e conhecimentos necessários para estimular e conduzir a mudança social no interior do Estado sem que se empreenda controle político direto (WILLIAMS; YOUNG, 2007).

Porém, não deixa de ser irônico essa reviravolta das Instituições de Bretton Woods, como no caso apresentado pelo Banco Mundial. Jakobi, (2009, p.13) explora como a corrupção,

¹⁰ Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents/lewis-thompson-preston>>
Acesso em: 1 jun 2023.

tema extremamente relevante nos debates atuais sobre boa governança, demorou a ser condenada por atores como o Banco Mundial. Apesar de em 1996, o então presidente do Banco, Wolfensohn, realizar um discurso no qual definiu a corrupção como um câncer (WORLD BANK, 2000, p.1), no início daquela mesma década uma afirmação tão incisiva seria impensável, uma vez que a prática era considerada favorável ao desenvolvimento, por alguns.

A partir da década de 1990, o FMI e o Banco Mundial também se apropriam do termo “transparência”, convertendo-o num princípio essencial da “boa governança”, e mais tarde da Nova Arquitetura Financeira (MEHRPOUYA, SALLES-DJELIC, 2019, p.17). Desse modo, se construiu mais uma agenda que incorpora e combina valores éticos e princípios que atendem à ordem econômica neoliberal, e a agenda de boa governança e transparência se torna não apenas um mantra para que os países obtenham sucesso no desenvolvimento econômico, político e social, mas obrigatória à obtenção desses objetivos. A corrupção seria central na discussão sobre boa governança dentro da instituição, sem, entretanto, ser incisiva, ao adotar a estratégia de despolitização do problema, para continuar atendendo às demandas políticas neoliberais e de privatizações (KATZAROVA, 2017).

Já a agenda de desenvolvimento sustentável, também erigida nesse período, emergiu após as intensas críticas ao projeto Sardar Sarovar, financiado pelo Banco. O projeto, que previa a construção de 30 represas grandes, 135 médias e 3 mil pequenas, além de um canal de 460 quilômetros e 75 quilômetros de canais auxiliares de irrigação, na Índia, tornou-se um desastre do ponto de vista ambiental, péssimo do ponto de vista econômico, e se tornou motivo de protesto na Índia, e assunto em parlamentos e congressos dos principais acionistas do Banco, inclusive o norte-americano. Ao fim, a instituição desistiu do financiamento do projeto, mas anunciou oito novos empréstimos para a Índia, para a construção de usinas termelétricas. Apesar disso, o governo indiano prosseguiu com o empreendimento.

Não obstante, o episódio desvelou a vulnerabilidade do Banco no que se referia à agenda ambiental, e impulsionou a sua inserção na agenda de desenvolvimento sustentável, com o número de profissionais especialistas em meio ambiente saltando de 5 em 1985 para 300 em 1995 (PEREIRA, 2010, p. 308). Esse caso é um ótimo exemplo sobre a capacidade da instituição de cooptar e ressignificar agendas, como foi com o ambientalismo, as suas regras, princípios, e conjugá-lo ao neoliberalismo, tornando-se também autoridade na questão (PEREIRA, 2010, p. 309).

Em 1994, o período próximo ao marco de 50 anos da criação da instituição levaria à campanha “50 anos é o suficiente”, no qual manifestantes organizaram numerosos protestos exigindo o fechamento da instituição, ou no mínimo a sua reforma radical. Nessa conjuntura,

Clinton convida Wolfensohn¹¹ para a presidência da instituição. O mesmo era também cidadão australiano, obtivera mestrado em administração de negócios pela Harvard Business School, exerceu altos cargos em bancos, tendo tido até mesmo o seu nome cogitado anteriormente. Ao ser indicado, em 1995, Wolfensohn admitiria que a nova função exigiria sacrifício financeiro de sua parte, mas isso seria recompensado com o “sorriso no rosto de uma criança quando um projeto é bem-sucedido” (WOLFENSOHN, 1995, p. 6). E com todo o prestígio que acompanha o cargo, é claro.

Sua missão principal seria reconstruir a imagem do Banco e ampliar relações da instituição. Entre as mudanças conduzidas na sua gestão, foi introduzido, a partir de 1995, o ataque ao salário-mínimo, bem como à “cultura de aprovação” na instituição para “cultura de resultado”, ou seja, os projetos agora deveriam ser coerentes com objetivos estratégicos esperados (PEREIRA, 2010, p.333). Nota-se a demora que houve para reformar a instituição nesse aspecto da “cultura de aprovação”, que ainda na gestão de McNamara já havia sido identificado como prejudicial.

A principal mudança conduzida por Wolfensohn foi o entendimento do Banco Mundial de se assumir não apenas como uma instituição financeira, mas por seu papel significativo na reunião, organização, produção e disseminação de conhecimento de mais alto nível sobre o desenvolvimento. Ainda, ele tornaria o “foco no cliente” o mantra da instituição. Essas reformas renderiam a Wolfensohn o título de “presidente renascentista” (MARSHALL, 2008, p. 49).

No entanto, também durante a sua gestão, um escândalo foi apurado pelo Financial Times sobre o desvio de verbas que deveriam ser dirigidas a projetos por funcionários do Banco, bem como de funcionários dos países prestários. Em meio à uma série de denúncias, a instituição não realizou qualquer auditoria independente dos projetos que havia conduzido (PEREIRA, 2010, P.344), evidenciando mais uma vez, a rejeição da instituição em assumir os seus erros.

Ainda, a gestão de Wolfensohn enfrentou a gestão da dívida externa dos países pobres mais endividados, a construção de barragens e a acentuada exploração de petróleo e gás como fontes de energia. Essas questões levariam à elaboração de um relatório produzido por organizações sociais no qual denunciavam a aplicação indiscriminada das reformas de liberalização comercial, por destruírem a maior parte das indústrias locais, gerarem altos níveis de desemprego e precarização das relações de trabalho. Também, as privatizações resultaram

¹¹ Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents/james-david-wolfensohn>>
Acesso em: 1 jun 2023.

na piora dos serviços de saúde e educação, no qual, mais uma vez, os mais afetados foram as camadas mais pobres da população (PEREIRA, 2010).

Destacou-se um relatório específico sobre as indústrias extrativas apoiadas pelo Banco, de petróleo, mineração e gás, que assinalou a necessidade de uma revisão por parte da instituição no setor, contendo “governança pública e corporativa em prol dos pobres”, “políticas sociais e ambientais muito mais eficazes” e “respeitos aos direitos humanos” (RIE, 2003). Tais recomendações causaram atrito com importantes parceiros da instituição. Apesar da pressão, o Banco continuou a apoiar o setor, ainda que, institucionalmente, tenha incorporado o “respeito aos direitos humanos” à sua agenda.

Entre 1994 e 1996, uma reforma institucional, no que se referia ao Estado, foi promovida pelo Banco, para consolidar a democracia, evitar inquietações sociais, enfrentar a pobreza e as crises econômicas, resultantes da década de 1980, com um ajustamento mais severo e maior emprego dos princípios neoliberais. Tal reforma, a partir de 1997, seria bem-vinda, uma vez que seria reconhecido o importante papel desempenhado pelo estado na economia, apoiando o setor privado e até, eventualmente corrigindo suas falhas. Uma continuidade ao programa neoliberal, agora reciclado pelo neoinstitucionalismo – o Estado deixava de ser um problema naquele período, para o Banco.

O relatório Meltzer, encomendado pelo Congresso norte-americano, e publicado por pesquisas conduzidas entre 1993-1999, trouxe dados consternadores, entre eles, de que 47% dos empréstimos para ajuste e 59% dos empréstimos para projetos fracassaram em adquirir os resultados esperados a longo prazo, sendo que, quando se observava apenas o continente africano, onde o Banco em tese, possuía “vantagem comparativa”, o percentual chegava a 73% (PEREIRA, 2010, p. 411-412). Ironicamente, a conclusão seria de que o Banco não possuía eficiência no gasto dos recursos e eficácia nos resultados por ter crescido demais, e abarcar muitas áreas, sendo essas exatamente as mesmas censuras realizadas pela instituição ao Estado (PEREIRA, 2010, p. 414). Novamente, era recomendada uma reforma do Banco, no sentido de (1) se concentrar apenas à produção de bens públicos interessantes ao globo, como o tratamento de doenças e a proteção de recursos ambientais, e (2) oferecer assistências técnicas à governos e bancos regionais, como por exemplo na elaboração de normas e de políticas de transparência (PEREIRA, 2010, p. 414).

O fim da guerra fria, e o combate à corrupção eram fortes argumentos para a condução dessa reforma, entretanto, ao fim, ela foi considerada um risco à estabilidade internacional e aos interesses norte-americanos. Assim, foi reafirmado o papel estratégico desempenhado pelo Banco Mundial para os interesses políticos e econômicos dos Estado Unidos, embora as

recomendações por maior transparência, combate à corrupção, promoção do “desenvolvimento sustentável” e às “boas práticas” tenham sido acrescentadas à agenda da instituição, e a reforma tenha, mais uma vez, sido engavetada (PEREIRA, 2010).

Na América Latina, na década de 2000, para a agenda de combate à pobreza, o Banco Mundial defendeu programas de transferência de renda condicionada, sendo o Bolsa Família, no Brasil, o qual foi financiado pelo Banco, grande case de sucesso dessa política (PEREIRA, 2018). Outro importante instrumento foram os Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza (Poverty Reduction Strategy Papers – PRSPs), aplicados em países com alto endividamento, e definidores de metas econômicas e programas com foco nessa agenda (PEREIRA, 2016).

Após o 11 de setembro de 2001, o combate ao terrorismo também seria adicionado à agenda do Banco, sendo central, junto ao alívio da pobreza e à boa governança (PEREIRA, 2010, p. 425). Como ocorrera na Bósnia, no Kosovo, na Faixa de Gaza, Timor Leste, e outros países durante a década de 1990, colocou-se em prática a “reconstrução” do Afeganistão e do Iraque na pauta do Banco, o qual realizou contratos muito lucrativos para empresas norte-americanas e europeias para remodelar esses Estados (PEREIRA, 2010, p. 425), exemplificando o impulsionamento do papel político da instituição na governança global.

Perdurou no Banco a ausência de reflexão crítica da própria atuação, sendo a maneira como operava, construída para que vozes dissonantes de aspectos centrais de sua agenda política e econômica jamais conquistassem espaço ou relevância. Para uma instituição que possuía pretensão de ser um reconhecido repositório científico, essa atitude é no mínimo contraditória, posto que a atividade física tem origem por meio de questionamentos livres dos próprios pressupostos que lhe fornecem fundamento (BORDIEU, 2001, p. 38).

Em 2005, Paul Wolfowitz¹² foi indicado para a presidência do Banco, sendo a sua nomeação um escândalo, pela extensa trajetória de Wolfowitz no setor de segurança estadunidense, tendo ocupado cargos no Pentágono e no Departamento de Estado, e tido papel fundamental na invasão do Iraque em 2003. Ademais, a nomeação foi interpretada como um “assalto neoconservador às organizações internacionais liderado pelo governo Bush” (PEREIRA, 2010, p. 466). A orientação que se seguia era uma fusão de neoliberalismo com neoconservadorismo, impulsionado pelos interesses petrolíferos, militares e religiosos extremistas, em conjunto com o unilateralismo, que era a realização da guerra preventiva para combater o terrorismo.

¹² Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents/paul-dundes-wolfowitz>> Acesso 1 jun 2023.

Também gerariam críticas à gestão de Wolfowitz a nomeação de importantes aliados à invasão do Iraque pelos Estados Unidos (PEREIRA, 2010, p. 467). Enquanto, já na sua designação, houve resistência por parte dos aliados europeus ao seu nome, e um escândalo por corrupção, em 2007, o obrigaria a renunciar ao cargo, por pressão dos aliados, após ele tentar utilizar o cargo para elevar o salário da então namorada e funcionária do Banco, uma ironia após os seus esforços para impulsionar as agendas de “boa governança” e “anticorrupção”. Durante o episódio, houve até ameaça dos países aliados europeus em quebrar o acordo informal no qual os norte-americanos indicam, desde 1944, o presidente da instituição (PEREIRA, 2010, p.486).

O sucessor escolhido, após se cogitar até mesmo indicar um presidente que não fosse norte-americano, e de um país em desenvolvimento, foi Robert Zoellick¹³, o qual teve apoio da França, Alemanha e Reino Unido. Com mestrado e doutorado em Harvard, Zoellick alternou durante a sua carreira entre cargos no setor público e privado, tendo tido importante atuação como negociador dos Estados Unidos na OMC (PEREIRA, 2010, p. 269). O que o diferenciava do seu antecessor, era ter o perfil mais moderado e pragmático

O Banco, entre 2005 e 2008, seguiu com a agenda política neoliberal reciclada dos anos 1990, destacando-se, no entanto, a perda da relevância do Bird na instituição, num processo no qual a AID passou a ser central na mesma. Perdurou-se a promoção de políticas de liberalização e ajustamento do setor agrícola, agora com a Revolução Verde, direcionadas principalmente para o continente africano, e a atuação à reconstrução de Estados (PEREIRA, 2010, p. 471).

Mais uma vez, na crise econômica de 2008, o Banco teve importante atuação, tendo tido a sua carteira de empréstimo elevada ao patamar mais alto da sua história entre 2009-2010. Novamente, foram aplicadas reformas políticas neoliberais, em parceria com o FMI, ilustrando a hegemonia norte-americana e dos aliados europeus sobre as gêmeas de Bretton Woods (PEREIRA, 2015, p.488-489). No entanto, uma das consequências dessa crise viria a ser a fundação de duas novas instituições em 2014, que materializariam na ordem internacional uma alternativa ao Banco Mundial, minando o monopólio até então estabelecido pelas instituições de Bretton Woods e seu principal acionista, os Estados Unidos: o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NBD) (EICHNER, 2015).

Cabe notar que a China esteve envolvida na idealização e fundação de ambos, tendo o maior poder de veto no AIIB, enquanto no NBD, os cinco países do BRICS (Brasil, Rússia,

¹³ Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents/robert-bruce-zoellick>> Acesso 1 jun 2023.

Índia, China e África do Sul) possuem o mesmo poder. A China, tendo sido um dos países menos afetados durante a crise de 2008, devido ao isolamento parcial do sistema bancário chinês dos demais países da ordem internacional, por possuir um expressivo crescimento econômico e não obter o espaço que considerava apropriado nas organizações internacionais multilaterais, então em sua maioria, governadas pelos norte-americanos – que não tem a intenção de dividir o poder, se dispôs a criar uma nova arquitetura econômica e financeira no Sistema Internacional.

Assim, a partir de 2008, é observou-se a construção de iniciativas “anti-hegemônicas”, que, lideradas pela China, tem como fim questionar o papel desempenhado pelos Estados Unidos, principalmente, aliados, e suas instituições na ordem internacional. Apesar de, à princípio, essas instituições estarem ainda no processo de consolidação (em 2024 farão 10 anos de existência), a longo prazo, essas instituições representam uma ameaça à predominância do Banco, e seu papel central na governança global.

Em 2012, Jim Yong Kim¹⁴, um médico e antropólogo americano com ascendência sul-coreana, que havia sido diretor do OMS no departamento de HIV/AIDS entre 2003-2005, assumiria a presidência do Banco. A instituição, sob a sua gestão enfrentaria com sucesso questões relacionadas à saúde, destacando-se a atuação do Banco durante a pandemia de Ebola de 2014-2015. Também assumiria importantes compromissos como o de, até 2030, colocar um fim à pobreza extrema, acabar com a mortalidade materna e infantil evitável aumentar a prosperidade compartilhada entre os 40% mais pobres do mundo. Outro importante legado seria o enfrentamento às crises de refugiados, vinculando-as à agenda de desenvolvimento e à ação humanitária. No entanto, enquanto houve progressos notáveis realizados na agenda de saúde pela instituição, também houve muitas críticas devido ao seu alinhamento à indústria farmacêutica, principalmente no que concerne ao preço dos medicamentos, e à falta de progressos e reformas por parte do Banco em outras agendas vitais para a instituição, e na própria gestão geral (ZAROCOSTAS, 2019).

Kim causaria uma crise de liderança, ao renunciar ao cargo em 2019, quando possuía ainda mais 3 anos do segundo mandato pela frente, argumentando ser mais útil na outra posição que viria a assumir, num fundo privado de Nova York (ZAROCOSTAS, 2019). O escolhido para ser o seu sucessor seria David Malpass¹⁵, anteriormente Subsecretário para Assuntos Internacionais do Tesouro dos Estados Unidos, indicado por Donald Trump, e com histórico de

¹⁴ Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents/jim-yong-kim>> Acesso em: 1 jun 2023.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/about/people/d/david-malpass>> Acesso em: 1 jun 2023.

atuação no governo Bush, mantendo, portanto, a tradição norte-americana de atrelar a própria política externa à instituição.

Tabela 5 - Principais acontecimentos entre 1989 e 2019

Período	Principais Acontecimentos
1989	O termo “governança” é usado pela primeira vez no Banco Mundial em um relatório
1990	Consenso de Washington
1991	Fim da União Soviética
1994	Marco de 50 anos da criação da instituição levaria à campanha “50 anos é o suficiente”, no qual manifestantes organizaram numerosos protestos exigindo o fechamento da instituição, ou no mínimo a sua reforma radical.
1996	Wolfensohn, então presidente do Banco, realiza um discurso no qual define a corrupção como um câncer
2000	Publicação do Relatório Meltzer encomendado pelo Congresso norte-americano
2001	11 de Setembro
2007-2008	Crise Financeira
2014	Fundação do o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NBD)

Elaborada pela autora

Tabela 6 - Principais ações das gestões entre 1991 e 2019

	Presidente	Período	Principais ações
8	Lewis Preston	1991-1995	Inserção da agenda de boa governança e desenvolvimento sustentável. Banco Mundial tem participação crucial para apoiar reformas estruturais dos países do Leste Europeu e da ex-URSS. Instaura a política "orientada para o cliente".
9	Sir James D. Wolfensohn	1995-2005	Avanço do Banco em agendas de combate à corrupção, equidade de gênero. Reciclamento do programa "neoliberal" para o "neoinstitucionalismo". Promoção da agenda de "boa governança". Mudança no que se refere aos empréstimos da “cultura de aprovação” na instituição para “cultura de resultado”. Reconstrução do Iraque edo Afeganistão.
10	Paul Wolfowitz	2005-2007	Impulsiona a agenda de "boa governança" e "práticas de anticorrupção" na instituição. Reorientação do Banco Mundial para o neoliberalismo.
11	Robert Zoellick	2007-2012	Seguimento da agenda neoliberal reciclada dos anos 1990. Centralização da AID na instituição. Importante atuação da Crise Econômica de 2008-2009.
12	Jim Yong Kim	2012-2019	Assume compromisso de acabar com a pobreza extrema até 2030. Enfrentamento bem-sucedido de questões relacionadas à saúde global. Impulsioneamento da agenda de desenvolvimento sustentável.
13	David Malpass	2019-presente	

Elaborada pela autora

5. CONCLUSÃO

Em “*Bound to Lead*” Joseph Nye traz à tona as discussões presentes desde o final da década de 1960 sobre o suposto declínio da hegemonia norte-americana. Apresenta argumentos tanto históricos, comparando o declínio de antigas potências como Inglaterra e Roma, quanto econômicos, ao comparar as porcentagens de exportação estadunidense em 1950 e 1988, por exemplo. Após a reflexão com exemplos históricos para a razão do declínio das potências, na qual conclui que a busca para uma única razão é inútil, (NYE; p. 14; 1990), Nye argumenta que os Estados Unidos perdurarão na posição de poder e liderança. Porém, antecipa dilemas causados pela interdependência sem precedentes, que só poderão ser solucionados por meio da cooperação internacional com outros atores estatais e atos privados – problemas como, por exemplo, o tráfico de drogas e o terrorismo.

Ao longo desse trabalho, pode-se observar como, desde a sua fundação, até a contemporaneidade, o Banco Mundial é utilizado como instrumento de estabelecimento e perpetuação da hegemonia norte-americana, e da execução e disseminação de soluções para diferentes questões, principalmente, nas áreas de economia, segurança, social e ambiental, que estejam predominantemente alinhadas aos interesses dos Estados Unidos. Nesse sentido, até o momento, todos os presidentes indicados, sempre pelo governo estadunidense, eram norte-americanos; o país segue detendo o poder de veto na instituição, por ter a maior cota; pauta as discussões, e, principalmente, molda as mudanças que devem ser realizadas nos demais países para terem acesso aos créditos da instituição.

Na análise da trajetória do Banco Mundial, é evidente como, apesar de se tratar de uma instituição financeira, na realidade, o dinheiro está em segundo plano, sendo apenas o “motor” necessário para mover as prescrições políticas e ideias da instituição, isto é, o que fazer, como fazer, quem deve fazer e para quem, tendo como fim o desenvolvimento do sistema capitalista. Por décadas, o Banco Mundial tem conduzido dezenas de economias no mundo, sendo um ator central na resposta a crises econômicas e de energia, desastres naturais, epidemias, pandemias e à miséria. Não há dúvidas de que os interesses dos seus principais acionistas (imperativamente os Estados Unidos) se sobrepõem às demais demandas, mas, apesar disso, a instituição foi capaz de manter legitimidade e influência sobre todo o planeta, um feito notável, principalmente quando se pensa no quão diferente era o mundo quando ocorreu a sua fundação. É muito importante para a manutenção da hegemonia, pois como nota Gramsci, a hegemonia pressupõe consentimento. Para isso, observa-se a hegemonia quando uma classe não apenas é dominante, mas também é capaz de modelar pautas, ideias, tanto no âmbito intelectual, quanto moral, não

apenas para si – persuadindo as demais classes. O papel das ideias, portanto, é fundamental para a formação de uma classe hegemônica. E o Banco, se colocando como um repositório de conhecimento – ideias, tem papel central nessa conjuntura.

Os principais desafios da governança global foram abraçados pelo Banco, e da mesma forma que a instituição foi moldada pelo sistema hegemônico vigente desde o final da 2ª Guerra Mundial, ela também foi capaz de moldar a realidade que vivemos. John Gaddis, no prefácio do seu livro “A Guerra Fria”, analisa que o mundo “é hoje um lugar melhor por esse conflito ter sido travado como foi e ganho pelo lado que ganhou” (2021, p.11). Reconduzindo a mesma questão a respeito do Banco Mundial, seria o mundo melhor por sua fundação e atuação desde 1945? Para essa pesquisa, realizar o exercício de pensar o mundo sem o Banco, teria como resultado um lugar muito mais caótico, individualista e paupérrimo.

Enquanto podem ser apontados muitos casos cuja condução realizada pelo Banco foi no mínimo desastrosa, ou condenável, seja sob a perspectiva ambiental ou social, é incontestável o quanto a experiência e expertise acumulada por ele é relevante e pode fazer a diferença quando considerada na elaboração de políticas. No entanto, ainda falta ao Banco a capacidade de realizar autocritica sobre a própria atuação, demonstrando aprendizado pelos erros cometidos. Este exercício se torna difícil diante da recusa da instituição em admitir os próprios erros, e abre espaço para outras instituições, como o AIIB e o NBD.

Também ainda perdura, na “caixa de pandora” do Banco, a temática de direitos humanos, devido ao seu melindre em se associar a categorias consideradas demasiadamente políticas, o que se torna uma contradição, tendo em vista que não há receio em se associar a causas políticas quando os interesses norte-americanos estão em disputa. O seu argumento de promoção dos direitos humanos por meio de suas políticas e ações se torna cada vez mais oco, na atual conjuntura, na qual o não posicionamento sólido também é um posicionamento. Injustiça climática e igualdade de gênero igualmente são outros temas caros à sociedade que, apesar de terem tido alguns esforços por parte da instituição, foram longe de serem suficientes, valendo ressaltar como, entre os 13 presidentes do Banco, todos foram homens, e como a agenda ambiental tem poucos avanços práticos na política do próprio maior acionista da instituição.

Embora essa pesquisa não tenha contemplado de maneira mais profunda a relação e atritos entre o Banco Mundial e as agências do Sistema ONU, e com a sua própria gêmea de Bretton Woods, o FMI, é interessante destacar que, em certa medida, há importantes impactos da interação entre elas, e que este segue sendo um dos desafios da instituição. Do mesmo modo, o relacionamento com o setor privado e o mercado financeiro, se tornou ainda mais complexo,

no contexto de maior competitividade das funções que antes eram monopólio do Banco Mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABB, Sarah. Conditional Cash Transfers: Reducing Present and Future Poverty. Washington, DC, The World Bank, 2009.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo, 1999, Consulta Popular, cartilha n° 7.

CASTIGLIO, Ana Carolina Marques; SILVA, Gabriel Cardoso da; MORRONE, Giuseppe Pitana; GRANDO, Kelen Barboza; TEIXEIRA, Matheus Chiot. BANCO ASIÁTICO DE DESENVOLVIMENTO: Desenvolvimento de Recursos Energéticos na Ásia Central. **UFRGSMUNDI**, Porto Alegre, v. 8, p. 81-95, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ufrgsmundi/wp-content/uploads/2020/09/GUIA-UFRGSMUNDI-2020.pdf#page=81>. Acesso em: 17 jun. 2023.

COX, Robert. Gramsci, hegemony, and international relations: an essay in method. In: GILL, S. (ed.) Gramsci, historical materialism and International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 49-66.

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium*, V.10, n° 2, 1981, p.126–155.

DALY, Herman E. Fostering environmentally sustainable development: four parting suggestions for the World Bank. **Ecological Economics**, [s. l.], p. 183-187, 1994.

EICHNER, Elisa Felber. **A Instrumentalização Política Do Sistema De Crédito Internacional AIIB E NBD como alternativas ao ADB e ao Banco Mundial**. Porto Alegre: XXVII Salão de Iniciação Científica da UFRGS, 19 a 23 de Outubro 2015. Poster. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/136980/Poster_42132.pdf?sequence=2. Acesso em: 17 jun. 2023.

GADDIS, John. Guerra Fria. Lisboa: Edições 70, 2021.

GARDNER, Richard. La diplomacia del dólar y la esterlina: Orígenes y futuro del sistema de Bretton Woods-GATT. Barcelona: Galaxia Guttenberg/Círculo de Lectores, 1994.

GAVIN, Michael & RODRICK, Dani. “The World Bank in historical perspective”, *American Economic Review*, 85, n° 2, Maio, 1995, P. 329-34.

GEORGE, Susan & SABELLI, Fabrizio. La religión del crédito: el Banco Mundial y su imperio secular. 2ª edição. Barcelona: Intermón, 1996.

GOLDMAN, Michael. *Imperial Nature: the World Bank and Struggles for Social Justice in the Age of Globalization*. New Haven / Londres: Yale University Press, 2005.

GOWAN, Peter. *A roleta global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GUILHOT, Nicolas. **The Democracy Makers: Human Rights and International Order**. New York: Columbia University Press, 2005.

GWIN, Catherine. "US Relations with the World Bank, 1945-1992". Vol. 2. In: Devesh Kapur et al. (eds). *The World Bank: its First Half Century*. Washington: Brookings Institution Press, pp. 195-274, 1997.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve Século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

HUNTINGTON. Organizações Transnacionais na Política Mundial. *Revista de Administração Pública*, Vol. 9, N. 2, pp. 11-16, 1975.

JÚNIOR, LAERTE APOLINÁRIO. **A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional como Instrumento de Política Externa: a Economia Política da Cooperação Técnica Brasileira**. Orientador: Janina Onuki. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, [S. l.], 2019. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-15082019-132439/publico/2019_LaerteApolinarioJunior_VCorr.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

JÚNIOR, Paulo Nogueira Batista. Brics - Novo Banco de Desenvolvimento. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 30, n. 8, 2016. DOI 10.1590/S0103-40142016.30880013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tgkMkRXzKJqQ7P8b3LMj57L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.

KAPUR, Devesh et al. *The World Bank: its First Half Century. History*. Vol. 1. Washington: Brookings Institutions Press, 1997.

KATZAROVA, Elitza. *Building a New World: Global Claims in the 1970s*. In: *The Social Construction of Global Corruption: From Utopia to Neoliberalism*. Londres: Palgrave MacMillan, 2019

JAKOBI, Anja P. *Chasing Illicit Flows. The OECD and Crime Control*. **APSA Annual Meeting 2009**. P.1-22, 2009

MARSHALL, Katherine. **The World Bank: From Reconstruction to Development to Equity**. [S. l.: s. n.], 2008.

MASON, Edward & ASHER, Robert. *The World Bank since Bretton Woods*. Washington: The Brookings Institution, 1973.

MEHRPOUYA, Afshin; SALLES-DJELIC, Marie-Laure. Seeing like the market:: exploring the mutual rise of transparency and accounting in transnational economic and market governance. **Elsevier**, [s. l.], v. 76, p. 12-31, julho 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368219300030?via%3Dihub>. Acesso em: 5 abr. 2022.

NYE, Joseph. *Bound to Lead: the changing nature of American power*. New York: Basic Books, 1991. Ler: "Introduction: the debate about decline" e "Power Transitions", pp. 1-48.

OLIVER, Robert W. *George Woods and the World Bank*. Boulder/ London: Lynne Rienner, 1995.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Continuidade, Ruptura ou Reciclagem? Uma Análise do Programa Político do Banco Mundial após o Consenso de Washington. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201550>. Acesso em: 25 set. 2022.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Ciência e Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 23, n. 7, p. 2187-2196, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n7/2187-2196/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

PEREIRA, JOÃO MÁRCIO MENDES. Metamorfoses da política de ajuste estrutural do Banco Mundial (1980-2014). **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, n. 44, p. 390-422, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6LnZfWfxHk9vLbn8K6SQg3D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2022.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Assaltando a pobreza: política e doutrina econômica na história do Banco Mundial (1944-2014). **Revista de História**, [S. l.], n. 174, p. 235-265, 2016. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.115380. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/115380>. Acesso em: 28 abr. 2023.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Continuidade, ruptura ou reciclagem? Uma análise do programa político do Banco Mundial após o Consenso de Washington. **Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)**, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), v. 58, p. 461-498, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/QrFszm9TJLZC4wFXTW6RRhM/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2023.

PEREIRA, João Márcio Mendes. – *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PULCINA, Debora Cardoso. A agenda do Banco Mundial para o século XXI: o fomento ao desenvolvimento sustentável, à boa governança e ao capital social. **Redes**, v. 8, n. 3, p.75-104, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v8i3.10955>

RAPLEY, John. Chapter 2: Development Theory in the Postwar Period. In: *Understanding development: Theory and practice in the third world*. Psychology Press, 2007.

RIE. Hacia um mejor equilibrio: revisión de las industrias extratícas. 2003. Relatório Final.

SALLES, Fernanda Cimini. A nova face das políticas de desenvolvimento do Banco Mundial: do ajuste estrutural para a boa governança. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 99-125, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/36788/2/A%20nova%20face%20das%20pol%C3%ADticas%20de%20desenvolvimento%20do%20Banco%20Mundial%20do%20ajuste%20estrutural%20para%20a%20boa%20governan%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

SANAHUJA, José Antonio. *Altruismo, mercado y poder: el Banco Mundial y la lucha contra la pobreza*. Barcelona: Intermón Oxfam, 2001.

STERN, Nicholas & FERREIRA, Francisco. "The World Bank as na 'Intellectual Actor'". In: Devesh Kapur et al. (eds). *The World Bank: its First Half of the Century*. Vol. 2. Washington: Brooking Institution Press, 1997, pp. 523-610.

TABB, William. *Economic Governance in the Age of Globalization*. New York: Columbia University Press, 2004;

TOUSSAINT, Eric. *Banco Mundial: el golpe de Estado permanente*. Madri: El Viejo Topo, 2006.

VAISSE, Maurice. *As Relações Internacionais depois de 1945*. Martins Fontes, 2013.

VORISEK, Dana; YU, Shu. Understanding the Cost of Achieving the Sustainable Development Goals. **Policy Research Working Paper**, [s. l.], 2020.

WILLIAMS, David. *The World Bank and Social Transformation in International Politics*. London/New York, Routledge. 2008.

WILLIAMS, David & YOUNG, Tom. "The World Bank and the Liberal Project". In: David Moore (ed.). *The World Bank: Development, Poverty, Hegemony*. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2007, pp. 203-25.

WOLFENSOHN, James. *New Directions and New Partnerships*. Washington, address to the Board of Governors, October 10, 1995.

WOODS, Ngaire. *The Globalizers: the IMF, the World Bank and Their Borrowers*. Ithaca/London: Cornell University Press, 2006.

WORLD BANK. *Accelerated development in Sub-Saharan Africa: an agenda for action*. Washington, 1981.

WORLD BANK. *Helping Countries Combat Corruption. Progress at the World Bank Since 1997*, Washington: World Bank, 2000.

WORLD BANK. *Sub-Saharan Africa: from Crisis to Sustainable Growth*. Washington, DC, 1989.

ZAHRAN, G; RAMOS, L. From hegemony to soft power: implications of a conceptual change. In: PARMAR, I; COX, M. (eds.) *Soft*; 2010

ZAROCOSTAS, John. Jim Yong Kim steps down from World Bank. **THE LANCET**, [s. l.], 26 jan. 2019. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(19\)30155-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(19)30155-2/fulltext). Acesso em: 27 abr. 2023.